

# Universidade gratuita ou paga?

» JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras



O polêmico assunto da gratuidade ou do pagamento nas universidades brasileiras voltou à tona com a Proposta de Emenda Constitucional nº 206/2019. Ela estabelece que “as instituições públicas de ensino superior devem cobrar mensalidades, garantindo-se a gratuidade, porém, para os estudantes que não têm recursos suficientes...” É a regra de quem pode pagar, quem não pode não paga. Os dados dos últimos anos mostram uma evolução salutar. Em 2004, 55% dos alunos das escolas de ensino superior no Brasil eram filhos dos 20% de famílias mais ricas; hoje, são cerca de 35%. Nas escolas privadas, passaram de 68% para 41%.

Apesar desse avanço, muitas desigualdades perduram. A grande maioria dos estudantes mais pobres frequenta faculdades privadas onde, com grande esforço, pagam mensalidades elevadas — outrora com o auxílio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que entrou em crise a partir de 2015. Os filhos das famílias mais ricas que frequentam faculdades públicas nada pagam. No caso das faculdades

privadas, 62% dos alunos trabalham e estudam. Nas faculdades públicas, a proporção é de apenas 40%.

O aumento das matrículas dos alunos de menor renda tem alimentado o argumento de que a gratuidade deve ser preservada. Outra alegação é a de que a eventual cobrança de mensalidade dos alunos que podem pagar geraria recursos insignificantes (cerca de 10%) para os orçamentos das faculdades públicas.

Penso que tais argumentos não invalidam a ideia segundo a qual quem pode pagar deve pagar, pois, com algumas exceções, a conclusão de um curso universitário eleva a renda dos jovens de maneira expressiva pelo resto de suas vidas. Ou seja, eles desfrutaram de um valioso benefício privado que é gerado por um ensino público gratuito. Ademais, muitos desses jovens passaram por escolas pagas e caras, tanto no ensino médio quanto no fundamental. Por que parar de pagar quando entram no ensino superior?

Em suma, mesmo que sejam apenas 10% os que podem pagar (penso que é muito mais), eles deveriam contribuir para ajudar a financiar as escolas públicas que hoje são mantidas com os impostos recolhidos pela população em geral,

inclusive pelos mais pobres que, como se sabe, têm uma carga tributária indireta muito pesada.

Trata-se, simplesmente, de um problema de equidade que precisa ser resolvido com justiça social. Aliás, a Constituição Federal usa esse critério no caso da própria Justiça. O artigo 5º, inciso 74, diz que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Ou seja, no que tange às custas de uma ação judicial e honorários de peritos e advogados, quem pode pagar paga. Quem não pode pagar não paga, desde que comprove a sua situação econômico-financeira.

Penso que o mesmo critério deveria valer para quem tem a oportunidade de adquirir conhecimentos de alto valor econômico e pessoal para a sua carreira profissional e para a própria vida e pode pagar.

Sei que o assunto é controverso. Os países variam muito na forma de financiar o ensino superior. Mas uma coisa é certa: ensino público não é sinônimo de ensino gratuito, pois, por trás dessa aparente gratuidade há o trabalho e o esforço de muitos pobres que pagam impostos para que poucos se beneficiem de altos salários e benefícios decorrentes dos conhecimentos obtidos nas escolas públicas de nível superior.

## A hora da economia circular

» JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO

Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) e do Sindicato da Indústria de Material Plástico, Transformação e Reciclagem de Material Plástico do Estado São Paulo (Sindiplast)

M aio chegou ao fim com a Semana da Indústria, que selou uma excelente ocasião para refletirmos sobre a economia circular, um novo modelo de conceber, fabricar e comercializar produtos, a fim de garantir o uso consciente e a recuperação inteligente dos recursos naturais. Ela promove novos modelos de negócio que privilegiam insumos mais duráveis, reduzem a dependência de matéria-prima virgem e priorizam fontes de energia sustentáveis. Para que isso seja possível, desenvolve novos materiais e dá grande ênfase ao redesign, à reutilização, à remanufatura, à reciclagem e à gestão de resíduos.

Ao substituir o conceito de fim de vida da economia linear por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação em um processo integrado, a economia circular é fundamental para promover a dissociação entre o crescimento econômico e o aumento no consumo de recursos, relação até agora vista como inexorável. É possível fazer mais com menos.

A quarta revolução industrial, ou indústria 4.0, se baseia na transformação digital, simbolizada pela combinação de tecnologias inovadoras, como a internet das coisas, a inteligência artificial e a robótica, bem como a cibersegurança, a computação em nuvem e a

análise de dados, o que resulta em novas soluções que aumentam a produtividade e conectam o mundo da indústria tradicional ao mundo virtual. Graças a essas tecnologias, as quais permitem a digitalização de processos, produtos e serviços, a indústria 4.0 tem um papel decisivo na transição da economia linear para a economia circular.

Tendência global e inevitável, a economia circular envolve todas as cadeias produtivas, de todos os setores da economia até o consumidor, e causa um impacto positivo nos três pilares da sustentabilidade — econômico, social e ambiental. Fator cada vez mais utilizado como critério de análise — da sustentabilidade do negócio ao impacto que a empresa tem na sociedade e no meio ambiente —, o ESG (governança ambiental, social e corporativa) está intimamente ligado à economia circular. Ao fomentar a transformação digital, a indústria 4.0 favorece iniciativas ESG, pois a empresa assume o papel de ator social, exerce responsabilidade socioambiental e atende às expectativas de um consumidor cada vez mais consciente e exigente.

A iniciativa privada, incluindo a indústria de transformação, tem o compromisso de promover a economia circular e de incluir o assunto na estratégia das empresas. Durável, reciclável e presente em mais de 95%

da matriz industrial, o plástico é um produto bastante apto para a implementação da economia circular, que exige novas aplicações do material.

Assim, a cadeia do plástico realiza ações e projetos para intensificar a busca por novos modelos de negócio dentro da economia circular, como a gestão de resíduos, o redesign e a reciclagem. Esse é um exemplo a ser seguido por outros setores da indústria para acelerar a adoção desse novo modelo de economia alinhado à sustentabilidade.

A situação emergencial provocada pela pandemia de covid-19 mostrou que a transição para a economia circular é um desafio que deve ser encarado como prioridade por todos os atores econômicos, agindo em conjunto. E, no caso do Brasil, é plenamente possível afirmar que, se esse modelo for aplicado de forma consistente pela maioria das empresas, elas próprias poderiam contar com matérias-primas renováveis ou obtidas a partir do reaproveitamento de outros materiais, o que possibilitaria à indústria, por exemplo, não trabalhar com a escassez de insumos que vemos hoje. Chegou a hora de a indústria mostrar o que aprendeu com os desafios impostos pela emergência sanitária, com as inovações tecnológicas e com o que desenha para o futuro.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Frankstein

Nada como eventos imprevisíveis e incontroláveis pelos seres humanos, para mostrar a viabilidade de outros caminhos, renovando e empurrando velhos conceitos para fora da estrada. Foi assim com a pandemia. De repente, o home office, uma opção de trabalho puramente racional e adequada a um mundo congestionado e superpovoado, e que parecia longe da realidade brasileira e mundial, ao menos na visão dos antigos modelos burocráticos impostos aos trabalhadores, se tornou o novo normal, com pessoas cumprindo suas tarefas diárias sem sair de casa, economizando recursos, para si e para o país.

Em certo sentido, essa mudança na direção dos ventos pode ser aplicada também, guardada as devidas proporções, à chamada Federação de Partidos. Instituída pelo Congresso Nacional em 2021, inserida na meia-sola da reforma política, em plena pandemia, permitiu que as legendas possam atuar, unificadamente, em todo o país, no que se pretende ser uma futura fusão de partidos.

Na verdade, a federação foi uma gambiarra improvisada, para impedir que as pequenas legendas naufragassem no quesito representatividade, atraindo-as para as legendas maiores e, com isso, aumentando o tempo de propaganda e de recursos oriundos dos fundos eleitorais e partidários.

Mesmo sendo obrigados a permanecerem coligadas depois das eleições, não há, evidentemente, afinidades programáticas entre os elementos que formam o conjunto de federações. De fato, ninguém, nem mesmo os eleitores, conhecem os novos estatutos dessas federações. O que importa é saber que elas, mesmo antes do pleito de outubro, demonstram, na prática, a possibilidade concreta de que se estabeleça novo modelo de representação, em que quatro ou cinco forças políticas, no máximo, tenham assento no Congresso, acabando com a miríade de legendas, a grande maioria, siglas de aluguel e sem importância alguma.

A pandemia, a possibilidade de trabalho remoto dos congressistas, a polarização política, os atentados, como o sofrido pelo então candidato Bolsonaro em Juiz de Fora, e a insegurança geral vão empurrando as campanhas para fora das ruas, longe do contato direto com o público. No novo modelo, as redes sociais ganharam terreno e parecem ditar o jeito atual de fazer campanhas. Todas essas alterações radicais, seriam impensáveis até três anos atrás. É a política a reboque da ocasião.

Se, por um lado, a pandemia forçou o aparecimento de novos modelos políticos, no que pode ser chamado de reforma política pandêmica; por outro, a reclusão forçada e o medo da doença e mesmo a luta pela vida, forçaram os cidadãos a se distanciar do dia a dia da política. Foi justamente nessa ocasião de recolhimento geral, que ministros do Supremo encontraram nas filigranas jurídicas, o caminho que desejavam para empurrar, goela abaixo da sociedade, o ex-presidente Lula, embaralhando e conspurcando as eleições, criando um factóide surreal, que ameaça o próprio futuro democrático do país.

Lula é, de fato, o candidato que os ministros das altas Cortes querem de volta à Presidência. Não apenas eles, mas os banqueiros, os empresários, que sempre tiveram no Estado seu cliente mais rentável e outros que enxergam e anseiam pela volta do país ao período pré Operação Lava-Jato. Como candidato favorito nas pesquisas pouco detalhadas, Lula afirma que não participará de debates. Quando estava na prisão, fez o que pôde e o que não pôde para participar dos debates. Agora, diz que não vai se expor. Ao eleitor, que a lei obriga o comparecimento às urnas, não é dada a faculdade de se eximir. A legislação precisa obrigar os candidatos a participar dos debates. Afinal, essa é a maneira do eleitor conhecer o caráter e as propostas de cada um desses postulantes. Com altíssima intenção de votos, mas sem poder caminhar livremente pelas ruas e sem participar de debates com outros adversários, Lula se tornou o candidato de laboratório, que, à semelhança da criatura trazida ao mundo pelo cientista Victor Frankenstein, no romance de Mary Shelley, de 1818, sonha em reascender os tempos sombrios da era petista.

### » A frase que foi pronunciada

“Qual a diferença entre o capitalismo e o comunismo? O capitalismo é a exploração do homem pelo homem. O comunismo é o inverso.”

Piada polonesa

### Sonegação

» Com menos R\$ 10,1 bilhões de impostos arrecadados com ISS nos últimos seis anos, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Fiscal do Sistema Financeiro do Distrito Federal, da Câmara Legislativa, encaminhou o documento final assinado pelo relator deputado Delmaso, que foi encaminhado ao Tribunal de Contas do DF (TCDF) e ao Ministério Público do DF para as tomadas de providências. O deputado distrital Delmaso lembra que esse é praticamente o mesmo valor do orçamento destinado à saúde.

### Reguffe

» Por falar nisso, mais uma vez o único representante do DF que encara os planos de saúde vai ao plenário do Senado criticar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) por mais um reajuste. A previsão é de que o valor seja incrementado em quase 16%. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União*. Para quem não sabe, o senador Reguffe abriu mão do Plano de Saúde do Senado, que, como parlamentar, teria o direito vitalício.

### Agência Senado informa

» Controle da poluição e defesa da sustentabilidade. Essas são as razões de o Senado Federal estar iluminado pela campanha Junho Verde. A proposta foi dos senadores Jaques Wagner Confúncio Moura e Fabiano Contarato.

### » História de Brasília

Pensei em fazer uma campanha, mas num deles encontrei uma coisa que ninguém encontra noutra parte a não ser em camelôs: barbatanas para camisas. (Publicada em 1/3/1962)